

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 24 de fevereiro de 2025 - Ata n.º 8.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (1.^a Secretário) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **8.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, inciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira, destinada à prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2024, com a presença do Secretário da Fazenda Norberto Ortigara. Inicialmente, quero agradecer a presença do José Luiz Scroccaro, Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra; do Sr. Amílcar Cabral, Chefe de Gabinete do Instituto Água e Terra; e do ex-Deputado Renato Adur, Superintendente Geral de Relações Institucionais do Governo do Estado. Agradecemos a presença de todos os moradores e que frequentam a Ilha do Mel, Projeto muito importante que será votado na pauta de hoje. Quero, em nome do Luiz Paulo Budal, Diretor-Geral, agradecer a presença de todos os servidores da Secretaria Estadual da Fazenda. Gostaria de comunicar que a Assembleia decretou luto oficial de três dias pelo falecimento do ex-Deputado Luiz Accorsi, na madrugada desta segunda-feira. Um grande amigo, formado em Medicina e que se dedicou profissionalmente à saúde de crianças e idosos. Luiz Accorsi foi nosso colega Deputado Estadual por cinco mandatos, tendo sido autor de mais de 150 Projetos de Lei. Um ser humano que sempre trabalhou pelo bem do Paraná e dos

paranaenses. Solicito a todos que façamos, neste momento, um minuto de silêncio.

(Respeitou-se um minuto de silêncio.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9.º, §4.º, **declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do 3.º Quadrimestre de 2024 da Secretaria da Fazenda.** Comunico aos Sr.ºs Deputados que o Secretário Ortigara terá 30 minutos de apresentação, mais 15 minutos de prorrogação, podendo do ser aparteado somente durante o período de prorrogação. Solicito aos Sr.ºs Deputados que pretendam realizar perguntas ao Secretário que realizem a inscrição junto à Mesa para possíveis questionamentos na sequência. Os Deputados terão cinco minutos para formular o aparte e o Secretário terá cinco minutos para responder; a réplica terá duração de três minutos improrrogáveis. Com a palavra o Secretário de Estado da Fazenda Norberto Ortigara.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito boa tarde, Sr. Presidente Alexandre Curi, Maria Victoria, Gugu Bueno, que compõem esta Mesa; Sr.ºas Deputadas, Sr.ºs Deputados. Quero saudar o Luiz Budal, nosso Diretor-Geral. Conosco aqui, Presidente, a Diretora do Tesouro, a Karen; a Diretora da Receita, Suzana; a Diretora da Contabilidade, Gisele; o Diretor do Orçamento, Tadeu Cavalcanti; mais o time técnico. Saudar quem nos acompanha pela *TV Assembleia*, pelo *Youtube* e pelo *Facebook* da Assembleia. Muito mais do que cumprir uma obrigação, estamos aqui para demonstrar aos Sr.ºs Parlamentares a situação do nosso Estado com o fechamento do exercício de 2024. Saúdo nossos colegas de Governo, Scroccaro, Renato Adur. No primeiro momento vamos dar uma examinada rapidamente, Líder do Governo Hussein Bakri – obrigado por sempre nos defender e trabalhar a favor do povo do Paraná. Estamos em um ambiente relativamente hostil, e não é desconhecido de ninguém. Nosso Estado teve um crescimento menor o ano passado fruto daquela grande perda que

tivemos por safra agrícola menor. É um momento delicado na situação da economia: inflação alta e em alta. Isso requer cuidados, especialmente na ação de quem de direito, razão principal da existência de um Banco Central, que é tratar de conter os preços, de enquadrar a moeda, manter a moeda hígida. Inflação de 2024, 4,83%. Tem todo debate político em torno disso, porque dizem que é uma inflação aceitável, embora nossa meta seja 3%. Então, estamos muito distante da meta e, provavelmente, em 2025 já tenhamos perdido o jogo, porque temos perspectiva de inflação acima de 5,5%, talvez por aí, beirando 5,7% na visão de hoje. De outro lado para acomodar os preços, manter o que é ruim para atividade econômica, o que é ruim para os investimentos, uma taxa de juros hoje de 13,25%, mas vai chegar lá para final do ano, ou muito antes disso, provavelmente acima de 15% ou 15%, taxa Selic. Isso encarece a dívida pública e isso inibe investimento. Dívida pública, aliás, que fechou o ano muito perto de 76% do tamanho do nosso produto, do nosso PIB. E no ritmo que vai, provavelmente favas contadas, fechando o ano acima de 80% – não deixa eu mentir sozinho, Karen –, acima de 80% do nosso PIB. O Brasil deve ter crescido, provavelmente, em torno de 3,5% o ano passado, mas deverá crescer este ano, provavelmente, na visão de hoje, 1,5%, 1,7% quando muito. O Brasil fechou 2025 com um resultado negativo de 75 bilhões nas suas contas. Nosso Estado que cresceu 5,8% em 2023, acabou crescendo por volta de 2,4%, 2,5%, mas mesmo assim o nosso produto deve ter passado de R\$ 700 bilhões em 2024 – o Produto Interno Bruto, o PIB Paraná. Este ano a perspectiva um pouco melhor, provavelmente com safra recuperando acima de 3%, 3,2%, crescendo com perspectiva de crescer acima do que cresce o Brasil, ou seja, colocando, em 2025, provavelmente mais Paraná no Brasil. Safra de um grande instrumento de geração de riqueza e oportunidade é a produção de alimentos no Brasil. Tivemos uma safra menor de grãos, por exemplo, embora a produção pecuária como um todo tenha crescido, transformação de grãos em proteína animal, a nossa safra de grãos acabou fechando 297 milhões de toneladas no Brasil. Neste ano safra em curso, mesmo com algumas perdas já ocorridas, provavelmente possamos alcançar em torno de 325 milhões de toneladas, ou seja, 25 a 28 milhões de toneladas a mais do que colhemos em

2024. No Paraná a mesma coisa: um ano cheio em 2023, 45,4 milhões de toneladas; 37,7, grande perda de soja e milho em 2024; e este ano 2025, safra em curso, provavelmente venhamos a ter uma produção equivalente quase à produção de 2023. O Banco Central acabou divulgar, na última semana, o índice de atividade econômica. No último quadrimestre do ano nosso Estado cresceu 7,48% – 7,48% no conceito de atividade econômica –, 3,4% acima da média nacional. E é o maior crescimento observado tanto no Sul quanto no Sudeste brasileiro, demonstrando dinamismo. Aqui um ponto de atenção, Deputados, estamos, já falo mais sobre isso, com taxa baixa de desocupação Paraná e Brasil. Estamos com atividade econômica bastante robusta, mas temos ameaça. Temos inflação alta e crescendo; temos necessidade de elevação da taxa básica de juros para conter esse ritmo de crescimento de preços. E, provavelmente, aí, possamos trazer algum sufoco a mais inibindo um pouco a nossa melhor taxa de crescimento tanto do Brasil quanto do Paraná. Nossa Balança Comercial, em 2024, acabou reduzindo, tivemos menos superávit, especialmente para o setor mais dinâmico, tanto do Brasil quanto do Paraná, ambos exportaram menos, ambos importaram mais. E, portanto, tivemos um saldo comercial menor pelo setor dinâmico da economia, o agro, que mandou para o mundo simplesmente US\$ 164 bilhões em 2024, dos quais 18,3 pelo agro paranaense. De qualquer forma, tivemos uma redução do nosso superávit comercial comum do fruto muito desse movimento: menos exportação agro, mais importação pela economia como um todo e o resultado final, embora positivo, US\$ 3 bilhões e 740 milhões. Ele é bem menor, caiu quase 47% quando se compara ao grande movimento exportador havido em 2023, tanto pelo Brasil quanto pelo Paraná. Mercado de trabalho: taxa de desocupação do Brasil, dado recente, 6,2; taxa de desocupação do Paraná 3,3. Estamos vivendo aquele momento em que a economia você tem que roubar empregado de outro, pagando mais, para poder ter colaboradores ou se reinventar e é um processo mais lento, trazendo mais processos mecânicos, robotizados, automatizados. Isso mostra uma certa pressão também no mercado de trabalho. Temos a segunda menor taxa dentro do ambiente Sul/Sudeste brasileiro. Só perdemos para Santa Catarina com 2,7 de taxa de desocupação, dado divulgado

muito recentemente pelo IBGE. Quando olhamos o mundo – claro, aqui é apenas uma comparação, sem a pretensão de dizer que somos um País –, nós estamos bem posicionados, o Brasil com 6,2, nós com 3,3, muitos países com 9, 10, 8% de taxa de desocupação. Massa salarial crescendo, exatamente fruto dessa pressão por colaboradores qualificados e temos aqui um nível de carteira assinada muito elevado, seja pelo setor privado beirando aí os 80%, enquanto que a média nacional é 73%. Saudar aqui a Deputada Márcia Huçulak, que substitui o Presidente temporariamente. Então, esse é o ambiente que estamos vivendo. Muita discussão quanto à capacidade do Tesouro Nacional ou o Governo Federal de forma geral colocar as suas contas em dia. Déficit primário ano passado, inflação preocupante, embora tenhamos uma taxa de desocupação bastante baixa, positiva. A atividade econômica crescendo bem no Brasil para os padrões que temos perto de 3,5, mas com perda de dinamismo em 2025, com certeza, no Brasil, até por conta da necessidade de ajustes, trazendo assim alguns solavancos, como foi a notícia da última semana, suspendendo o Plano Safra por inexistência de Orçamento votado, por crescimento da taxa de juros, que impõe a busca de fontes para garantir que haja subvenção ao custo do dinheiro com o que se financia a nossa agricultura – especialmente na parte Sul do Brasil muito crédito rural dependente. Essa é uma breve visão, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, em um ambiente que não é desconhecido de nenhum dos senhores ou das senhoras. É um ambiente que nós vivemos, é um ambiente de intenso debate técnico e político no Brasil neste momento, mas vamos lá mostrar de alguma forma o nosso desempenho, que é a razão principal desta audiência, o desempenho do nosso Estado em 2024. Nós tivemos uma receita total corrente de R\$ 69,36 bilhões. Ela cresceu 10,5% nominal, ou seja, com uma inflação de 4,83, um crescimento real de 5,5%. A receita cresceu. Dentro disso, os tributos: arrecadamos 40,1 bilhões em tributos, ou seja, mais 5,68 bilhões adicionamos; crescimento de 16,5% nominal e crescimento real de 11,1%. Dentro disso, mostrando um certo vigor da economia, R\$ 31,18 bilhões em ICMS, nossa principal fonte de receita. Adicionamos 4,6 bilhões em ICMS, crescimento de 17,5%, 12,1 real acima da inflação. É óbvio que também tivemos um crescimento das transferências

correntes, recebemos mais R\$ 438 milhões, mas ela perdeu para a inflação dentro disso uma grande contribuição do Fundeb, que teve um crescimento de 10%. Também perdemos – óbvio que aqui é apenas uma base de comparação: 2023 vendemos a Copel, 2024 não vendemos a Copel, e quando se compara dois núcleos, mas, mesmo assim, houve receita de capital com um acréscimo aí de ganho de receita de capital que, desculpe, caiu, mas houve ingresso de receita de capital. Obviamente, quando se compara 23 com 24, os números ficam tortos, apenas por uma questão matemática e não por deixar de ingressar receita. Do ponto de vista da receita mostrando um dinamismo da economia, mostrando os setores – indústria, comércio, serviços, agro – funcionando, pagando seus tributos. Fizemos um esforço desgraçado de grande o ano passado para trazer da União quase R\$ 500 milhões na compensação previdenciária, um case de sucesso no Brasil. Os demais Estados agora estão copiando esse modelo, que deixa de pressionar o caixa quando temos que aportar insuficiência para pagar aqueles beneficiários do Fundo Financeiro ou da proteção social ou Fundo Militar. Aí uma demonstração do crescimento da arrecadação por setores. Combustíveis cresceu quase R\$ 1 bilhão. A partir de fevereiro, agora, vocês sabem disso, deputados e deputadas, tivemos um ajuste na tributação *Ad Rem* de combustíveis, acrescentamos dez centavos na gasolina, seis centavos no diesel e diminuíamos alguns centavos no gás, isso o Brasil inteiro, no gás de cozinha, gás liquefeito. Depois disso a energia, depois disso setor automotivo, bebidas, fármacos, etc. Poucos setores com redução de arrecadação como o setor químico, e o setor metalúrgico com queda de arrecadação. Essa é a parte boa, a parte capaz de levantar recursos para alimentar o Orçamento Público. Agora a parte ruim vou deixar com o Luiz, a parte do gasto, que meu Diretor-Geral vai falar um pouquinho.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Boa tarde, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Boa tarde às tribunas aqui também presentes. Sempre a parte ruim fica para o DG. Isso eu já aprendi estando lá há menos de um ano na Secretaria da Fazenda. O cenário das despesas do Estado do Paraná, despesas correntes, um crescimento. Por mais que tivemos um crescimento interessante da arrecadação, mas a despesa corrente cresceu 8% real em 2024. Despesas de pessoal cresceram 6%, um

crescimento bastante interessante, mesmo com a não concessão da data-base do exercício de 2024. Outras despesas correntes, que é uma despesa que sempre acompanhamos muito na Fazenda, cresceu 12%, parece um crescimento vigoroso, um crescimento grande, mas de 22 para 23 tivemos um crescimento de 21% real nessa natureza de despesa. Ou seja, estamos fazendo o Decreto que foi editado, em 2024, que limitou o crescimento da despesa corrente, do ODC, a 80% do crescimento da receita, tem sido efetivo, e aqui fica demonstrado esse crescimento menos vigoroso do que no ano passado. Os investimentos do Estado, um crescimento bastante interessante, um crescimento de 31%, um crescimento real de 25%. É um pedido do nosso Governador que aumentemos o crescimento dos investimentos, que superemos ano a ano o que está sendo investido, o que já conseguimos em 2024, pois foi o ano que o Estado mais investiu na sua história. Inversões financeiras também é um crescimento, um fato isolado. Amortização da dívida: aqui há uma redução de 71% decorrente do pagamento da dívida, em 2023, do Itaú, ou seja, tivemos uma queda, em 24, em decorrência de ter feito uma antecipação de uma dívida em 23. Aqui só para mostrar as outras despesas correntes. A partir do momento em que o Decreto 5919 começou, foi regulamentado em junho de 2024, notamos um crescimento após a linha vermelha ali. Esse é um comparativo bimestre a bimestre. Mostramos que a despesa corrente de fato foi reduzida, arrefeceu, o que em 25 também buscamos o acompanhamento. Deputada Márcia, o Decreto 5919 criou uma trava para as despesas correntes do Estado do Paraná, para ODC. Isso não afeta os gastos com vinculações constitucionais, como saúde, educação, ciência e tecnologia. Agora, para todas as outras despesas correntes, o Decreto limita a 80% do crescimento da receita, ou seja, se a receita crescer 10, a despesa com o ODC só pode crescer oito. Então, é um dispositivo que tem sido muito eficiente no controle das despesas do Estado do Paraná. Aqui o investimento recorde do Estado do Paraná por subfunção. Transporte rodoviário, que são obras de infraestrutura, 1,8 bilhões; infraestrutura urbana, mais de 1 bilhão – aqui estão as despesas do *Programa Asfalto Novo, Vida Nova*, mais de R\$ 1 bilhão. No transporte rodoviário é importante registrar que hoje o Paraná tem oito rodovias sendo construídas em

concreto. É o único Estado do Brasil que tem esse desempenho. Gastos com saúde, investimentos também mais meio bilhão; saúde, quase 400 milhões; também habitação urbana, 247; policiamento 304. Então, todas as subfunções do Estado sendo com um investimento bastante robusto. Os investimentos que totalizaram, inclusive, 6,4 bilhões, o maior investimento da história do Paraná. E aqui os investimentos, os valores empenhados. Registro que quando observamos os investimentos liquidados, o Paraná também bateu o recorde da sua história, quase três bilhões e meio desses investimentos empenhados foram liquidados, dentro do exercício de 2024.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Senhores Deputados, o Paraná é bem-visto aí fora, fora do Paraná, têm notas boas em quase tudo. Tem uma nota muito ruim, muito ruim, na execução orçamentária, Tadeu. Tomamos este ano, por ser uma medida drástica, dia 2 de janeiro, orçamento aberto. Então, *pegando no pescoço* de todos os executores de serviço: “*Execute, execute e execute!*” Então, estamos querendo ritmo nas coisas. Queremos, inclusive, melhorar essa nota, que é uma das poucas que nos envergonham. Estamos provendo todos os órgãos com mais dinheiro, liberamos 100% do investimento, liberamos pessoal, só seguramos custeio. Ninguém está sem dinheiro, ninguém tem menos dinheiro do que tinha no ano passado, só que queremos ritmo. Isso que o Luiz falou é assim: queremos ritmo de execução dos investimentos. Por isso, essa atitude de iniciar a execução orçamentária muito antes do que corriqueiramente se faz neste Estado.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Senhores Deputados, só dar uma informação, o Secretário falou que estamos... Em execução orçamentária, o Paraná está em 26.º lugar. Isso levando em consideração o exercício de 2023. O ano passado já melhoramos bastante os indicadores, já subimos para 21.^a posição, ou seja, o Paraná está buscando em todos os indicadores possíveis as primeiras colocações. Com certeza iremos conseguir, vamos melhorar ainda mais – o Tadeu que não me deixa mentir –, vamos ficar pelo menos, em 2025, entre os 15 primeiros Estados do Brasil. Resultado orçamentário: um resultado positivo em 2024, 376 milhões, diferente do exercício anterior, em 23, por conta da alienação

das ações da Copel, que foi na casa de 5 bilhões. Restos a pagar: um indicador que temos buscado melhorar, reduzir o estoque de RP, e isso aconteceu de 23 para 24, de 7,7 para 7,2. O Estado precisa reduzir. É um valor que ainda pode ser melhorado. A ideia, em 25, é reduzir bastante esse RP, procurando que os órgãos executem o seu orçamento, respeitando o princípio da anualidade orçamentária, ou seja, gerando o mínimo possível de RP, deixando praticamente ele concentrado em investimento. Resultado primário também um resultado positivo, na casa de 7,1 bilhões. No ano de 2023, 6,8, muito superior à meta – a meta era um valor neutro praticamente –, uma queda de apenas 108 milhões. Resultado previdenciário também um ponto de atenção, é um número que lá na Fazenda sempre acompanhamos, buscando o que é o *déficit* do RPPS. Somando somente o Fundo Financeiro, o Fundo Militar, hoje, o Paraná tem um *déficit* de 7,6 bilhões. É um valor bastante expressivo, mas também temos o RPPS, o Fundo Previdenciário, que é um fundo capitalizado, que de fato hoje é o fundo que tem mais recursos em caixa do Brasil. O RPPS com mais recursos em caixa do Brasil, que é o Fundo Previdenciário, com resultado positivo de 772 milhões, graças a um trabalho bastante eficiente da ParanaPrevidência.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Estamos fazendo ao longo do tempo um trabalho de qualificação da gestão da Previdência. Falei agora pouco do Compreve, que trouxemos mais de 450 milhões. Falamos de governança, temos a melhor do Brasil, nota “A” no Brasil, nível três, vamos para o nível quatro de governança. De 2019 para cá pagamos 13 bi, temos 11 e 200 de capital, 10 e 800 em grana viva aplicada, rendendo. Então há um respeito tanto da diretoria, quanto dos conselhos que são paritários, todos entendendo a relevância de continuarmos aperfeiçoando esse que é o maior Fundo de Previdência Pública, RPPS do Brasil. Felizmente a gestão muito profissional, tanto dos Conselhos de Administração, o Fiscal, a diretoria e a equipe. E temos lá hoje a garantia de que, daqui a alguns anos, todos os benefícios, sejam pensões, sejam aposentadorias, serão sustentados por um fundo capitalizado, que é, repito, o maior do Brasil, com capital hoje de 11 bilhões e pouco, dos quais quase 11 em dinheiro.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Aqui o saldo da dívida do Estado do Paraná, uma dívida bastante baixa, teve um pequeno aumento a dívida, praticamente neutra. Chama atenção o aumento dos empréstimos externos, 3,6, o estoque de empréstimos externos, para 4,6. Esse aumento é decorrente basicamente do câmbio, que no final de 2023 estava na casa de 4,6 e chegou a próximo de R\$ 6,00 no final de 2024, ou seja, isso interfere diretamente na dívida do Estado do Paraná. Sorte que o Paraná não é um Estado endividado, é um Estado, pelo contrário, com estoque de dívida bastante baixo.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Notícia boa é comigo, não é contigo. Fruto desse esforço, de entendimento, com sustentação deste Parlamento, das equipes das várias áreas de Governo, pela primeira vez na história o Paraná conseguiu nota “A”, mais nota “A”, capacidade de pagamento “A” perante avaliação do Tesouro Nacional. Uma série iniciada com o Plano Real, em 1994. Os três pilares positivos e a quarta perninha do mais é fruto do trabalho da Gisele e equipe, que mostra solidez da informação contábil, ou seja, além de fazer boa gestão dos recursos, demonstramos com muita transparência perante os órgãos de controle e por isso temos então, pela primeira vez na história, nota “A+” perante o Tesouro Nacional, o que é uma coisa boa. Isso aqui não é para ficar no espelho tipo narcisista se vangloriando. Isso aqui fura fila para tomar empréstimo, dispensa certas garantias, te dá credibilidade, te dá muita força perante os financiadores para baixar custo do dinheiro. São todas atitudes positivas para todos nós perante um gerente de banco, imaginem um Estado com essa solidez negociando recursos, seja BID, BIRD, Agência francesa, bancos públicos internos ou privados que financiam. Enfim, temos toda uma solidez demonstrada, reconhecida, que nos permite dar esse espaço.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Bom, vamos às regras fiscais. A dívida consolidada líquida hoje do Estado do Paraná é uma dívida consolidada negativa, ou seja, basicamente o Estado do Paraná tem em caixa recursos para poder pagar toda a sua dívida e ainda sobra dinheiro no caixa. Isso somente mais dois Estados, Estado do Mato Grosso e o Estado do Espírito Santo se não me engano, estão na

mesma condição do Estado do Paraná, ou seja, o indicador que muito nos orgulha lá na Fazenda. Operações de crédito também o limite bastante baixo, o limite é 16, o Paraná apenas gastando 0,58. Garantias concedidas também o limite é 22, o Paraná só tem 1,67% em garantias concedidas. Aqui é o cumprimento dos índices. No índice da educação, o Paraná cumprindo acima do limite, 32,28. Cabe ressaltar que o Paraná é o Estado que mais aplica em educação no Brasil, ele aumentou quase 1,8 bilhões o valor aplicado, o aumento de 2024 em relação a 2023, um valor 11% superior, totalizando 32,28%. É a melhor educação do Brasil. Hoje, a única educação que tem três refeições diárias para os alunos, e é o Estado que mais aplica por aluno e valor. Qualquer indicador que você pegar em educação hoje, o Paraná se destaca. Gasto com saúde, também um aumento bastante considerável em relação ao ano de 2023, 748 milhões a mais, que representa 13%, um percentual saindo de 5,9 bilhões para 6,6 bilhões. Aqui, como não é só o Secretário, vamos deixar uma notícia boa aqui como diretor, aqui até, Deputada Márcia, é um número que também estamos buscando equalizar a execução dos índices da... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Márcia Huçulak – PSD): Mais quinze minutos para concluir sua apresentação. Quinze minutos.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Perfeito, Deputada. Aqui basicamente o que a Secretaria da Fazenda tem feito? Fez em 2024 e tem feito em 2025 agora, é antecipar o fluxo e a liberação dos recursos da saúde. Ou seja, em 21, 22, 23, quando vínhamos prestar contas aqui para os Sr.^s Deputados, a execução na saúde sempre era motivo de reclamação, era uma execução abaixo do que o quadrimestre indicava, ou seja, isso era compensado nos quadrimestres posteriores. O que tem acontecido? O que aconteceu o ano passado? No primeiro quadrimestre já estávamos acima dos 12%, 14,38; no segundo 12,43; e no terceiro 12,24. Antecipamos as liberações, a saúde também tem um tempo para se programar para poder fazer os investimentos necessários, e isso está tendo um resultado bastante positivo na execução.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: É aquilo que eu me referi agora há pouco: planejamento orçamentário. Não devemos gastar só para cumprir índice. Como tenho 47 anos de Estado, vi muita gente comprando coisa no último dia do ano para cumprir índice. Nada contra, mas em 2024, quando falei *pegar pelo pescoço* os executores é assim: “*Você tem limite, pode gastar que garantimos*”. E, portanto, um planejamento mais linear, entregando saúde durante o ano inteiro, cumprindo o índice mais na largada inclusive. Então, acho que é um indicador interessante para a nossa saúde.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Perfeito, Secretário. E não só na saúde, mas em outros limites estamos usando a mesma prática. Ciência e Tecnologia também tivemos uma execução bastante superior ao exercício de 2023, 579 milhões contra 513, um valor quase 13% superior. E também estamos buscando que esse valor seja melhor executado ao longo do exercício, não fique só para os últimos meses do ano. Despesa com pessoal. A despesa com pessoal do Estado do Paraná cresceu. O pessoal ativo cresceu mais de 10%; o pessoal inativo 9%. Aqui são só as despesas do Poder Executivo. O índice do Estado está em 42,71, um pouco ligeiramente inferior ao percentual do exercício anterior de 2023, no caso 43,23. Aqui é um ponto de bastante atenção. O Estado precisa manter controlada a sua despesa com pessoal. E só um fato curioso: parece que o Estado não está investindo com pessoal, mas uma série de contratações têm sido feitas – 1 mil contratações do QPPE, mais 2 mil e 600 militares sendo anunciados, 3 mil e 500 professores, vários concursos em andamento –, e tudo isso vai impactar ainda o índice. Ainda não impactou em 2024, mas irá impactar em 2025.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Como demonstrado, mesmo sem data-base, o crescimento de 10% da despesa com pessoal. Lembro aos Sr.^s Deputados que, nos últimos anos, fizemos 17 adequações de carreiras e, depois de muito tempo, estamos repondo gente no Estado. Como disse o Luiz, autorizados mais 1 mil pessoas para o Quadro Próprio do Poder Executivo, nas várias Secretarias; 2 mil e 600 pessoas para as forças policiais – 2 mil policiais militares, 600 bombeiros militares, está em curso o processo; contratação para repor gente na pesquisa

agrícola e na assistência técnica no IDR, 422 vagas; abertura de concurso público, embora pequeno, 50 vagas para Auditor Fiscal, para refazer o caldo de cultura, na sequência Agente Fazendário e outras carreiras. Agora estamos exatamente discutindo, além dessa necessidade de prover recursos para não resvalar para nenhuma irresponsabilidade, estamos discutindo no âmbito do Governo a questão da remuneração dos professores, o maior contingente do nosso Estado, e estamos aí começando a avaliar a questão eventual de alguma reposição ou não data-base no exercício de 2025. De forma geral é isso, o Estado que está equilibrado. Foi possível, Sr.^s Deputados, por essa poupança feita ao longo do tempo e pela boa gestão, liberar na última semana R\$ 2 bilhões para estradas rurais importantes, 1 bilhão e 700 para maquinário para todos os municípios do Paraná, a retomada para zeramento da fila dos pequenos municípios em pavimentação, elevando agora até 50 mil habitantes a questão de asfaltamento integral das ruas, com iluminação LED e com galeria de esgoto. Enfim, esses movimentos permitiram que trouxéssemos aqui um quadro bastante satisfatório do nosso Estado, embora em um ambiente que, eu repito aqui, um pouco hostil. Não está fora de propósito o Brasil entrar em recessão. Está bom? Não está fora. Portanto, todo cuidado. Nós lá, no que nos compete, estamos tomando providências, em nome do Governador, para que as coisas se mantenham com boa gestão. Era isso, Sr.^a Presidente, ficamos agora à disposição para eventuais questionamentos...

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Márcia Huçulak - PSD): Está aberto para as perguntas e considerações dos Sr.^s Parlamentares. Deputado Arilson. Ah, desculpem-me. O Deputado Anibelli tinha pedido antes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Nós trocamos aqui, não tem problema! Primeiramente, uma boa tarde a todos. Secretário, na sua figura, quero saudar o senhor e toda sua equipe e fazer alguns apontamentos. Primeiro, a começar pela conjuntura econômica, que V.Ex.^a começa abrindo e dizendo que a inflação está alta e com tendência de alta. Não é na verdade uma constatação econômica, acho que é uma opinião política de V.S.^a, até porque a inflação no Brasil vem decaindo

desde que o Presidente Lula assumiu este País. No ano de 2022 a inflação chegou a estar 14% e hoje está 4,1%. Há uma diferença muito grande! Tem uma inflação um pouco mais elevada em termos de alimentos, que tange à casa de 7,9%, mas isso, em relação ao período anterior, chegou a ser 17,3%. Então, temos uma inflação em uma condição econômica mais favorável. Temos um PIB que cresceu 3,5%, que é um desempenho notadamente internacional bem avaliado; temos um aquecimento do comércio varejista no País, que cresceu 12% no ano passado; a produção automobilística no Brasil, 15%; e o desemprego bate 6,1%, menor índice da história. Então, o contexto de V. Ex.^a, claro que o senhor tem todo o direito de ter opinião, também tenho que fazer aqui o contraponto, dizendo que o cenário econômico é favorável. O Paraná não é uma ilha, não cresce por si próprio, cresce também pela condução econômica que tem o País. Então, temos reflexos aqui das políticas do Governo Federal e da austeridade fiscal do Governo Federal, que fez o terceiro maior ajuste fiscal do mundo agora, tão desejado inclusive pelo Governo aqui. Então, temos que colocar esses elementos em conta e falar um pouquinho agora das condições técnicas do Estado. Temos uma receita arrecadada que cresceu 2% praticamente, 1,5 bilhões, e as receitas correntes líquidas aumentaram 10,5%, 6,61 bilhões. Quero colocar o quê, Secretário? Sempre venho aqui, durante os seis últimos anos em que estou, criticando a diferença entre a subestimação da receita do Estado. Isso é uma coisa, assim, que permite que o Governo, depois que tem a arrecadação efetivada, tenha um uso mais discricionário do arrecadado, e temos uma realidade aqui diferente. Sempre venho colocando aqui: projeta-se um orçamento a menor e se arrecada a maior, fazendo termos um superávit, o que é uma coisa forçosa. Não que não iria ter o superávit, mas a diferença que ele tem consistente aí hoje! As receitas de capital tiveram uma queda expressiva, 82%, passando de 4,8 bi de 2023 para 872 milhões em 2024, redução de 3,9%. Esse resultado é influenciado da alienação de bens. Obviamente que não foi só a Copel, foram outras entidades estatais que deixaram de contribuir para o Estado que foram privatizadas e isso, em um futuro de longo prazo, vai comprometer o raciocínio lógico e econômico do Estado do Paraná! Vem com uma receita de um período e depois que se vende

vai deixar de chegar ao cofre público. Temos também aqui, Secretário, uma diferença nominal muito grande entre o estimado na receita tributária e o realizado, R\$ 6 bilhões, 17% a mais do que o previsto. E aí é uma pergunta para V.Ex.^a. Esta Casa aqui – eu votei contrário –, no ano de 2023, votou o aumento do ICMS de 1%. Sabendo que teríamos o ICMS de 1% aumentado, por que não se adequou o orçamento para não deixar ter um disparate de 17% a mais do arrecadado dessa forma? Já sabia que iria ser arrecadado a mais, porque tinha aumentado. O 1% do orçamento corresponde a quase o 6, na verdade a 4,2 bilhões só do ICMS aqui neste ponto. Então, é uma questão para contribuir! Para não termos um resultado diferente do que votamos aqui no orçamento. Há um aumento da despesa de 9,6% e aqui quero fazer um destaque, com toda a vênia possível, que a despesa aumenta, mas em pastas essenciais do Estado ela cai. Na segurança pública, tínhamos uma participação dela no orçamento de 2023 de 9,22% e hoje, no executado de 2024, ela caiu para 8,76%, ou seja, 1,5%. Se pegarmos 1,5% de um orçamento de 70, temos 7 bi de resultado de diferença de compreensão no papel da segurança pública! Estamos vendo a necessidade de investimentos em segurança pública no Estado do Paraná. Há uma diminuição. Não sei se é por discricção política do Governo, que não entende que tem que investir em segurança pública... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Arilson, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... ou se foi um acaso aqui. Então, com todo o respeito a V.S.^a, gostaria que o senhor esclarecesse esses pontos levantados. Muito obrigado.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Obrigado, Chiorato. Não entro muito no mérito da discussão política. O fato concreto é que fechamos..., temos uma meta de inflação no Brasil de 3 pontos – se é certo ou errado, é a meta a ser perseguida por todos, até para manter o poder de compra da moeda –, ela deu uma boa estourada de 4% para 4,83% em 12 meses, em dezembro, e este mês, por

exemplo, ela vem forte, vem acima de 1% a inflação no Brasil. E nós estamos trabalhando com um cenário de inflação acima de 5% ou 5,5% no Brasil, o que exige, o senhor entende isso mais do que eu, um esforço muito maior de contenção de preços ou de redução das atividades para que não haja um disparo de preços, como tivemos em alguns momentos, o que é ruim para todo mundo, é ruim para o planejamento empresarial, é ruim para a renda das famílias. Inflação sempre é ruim. Um pouquinho dela é bom, mas a discussão até do próprio Ministro Haddad conosco assim: *“O nosso normal é quatro em qualquer coisa!”* Não, temos uma meta. Mas, tudo bem, estamos trabalhando com esse cenário. Segundo, Deputado, temos método de estimativa de receita, não é? Obviamente que não vou julgar, não tenho esse direito e nem liberdade nenhuma, como profissional que sou, economista que sou, de pedir para profissional fraquejar número! Então eles têm métodos de cenários, dentro de cenários, em que é possível você, por diversos métodos, entender qual vai ser o comportamento ao longo de muitos meses antes, muitos meses antes, não é – começa lá por abril do ano, como é que vai ser o comportamento da economia no ano seguinte. Temos recebido questionamentos do próprio Tribunal de Contas e temos explicado isso e, quando é possível, via de regra, eles entendem que não erramos tanto assim. Tivemos, por exemplo, um crescimento de arrecadação por conta de combustíveis, forte, muito forte. É sinal de que está rodando ou rodou mais do que... Porque os preços também subiram em dólares e gastamos mais em combustíveis, embora cobremos hoje por litro vendido na *Ad Rem*, na monofasia dos combustíveis. Óbvio que não tenho o direito de questionar V.Ex.^a, mas, assim, temos um cenário... Ah, já tivemos inflação de 80%! Não, nunca mais na vida! Temos inflação fora da curva nos anos 13 e 14, no Brasil, muito fora da curva, mas gostaríamos nós todos que tivéssemos uma inflação mais comportada. No curto prazo é inegável que estamos com a inflação um pouco descalibrada, acima do que deveria ser ou do que poderia ser, o que é um risco para nós todos, como Estados, como a própria União Federal, porque qualquer ponto adicional da taxa de juros são algumas dezenas de bilhões a mais que custa à própria dívida

pública, o que acaba gerando um ciclo vicioso. Na questão de investimentos na área de segurança pública, vou pedir para o Luiz responder a V.Ex.^a.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Deputado, sobre gastos aqui sobre função da segurança pública, tivemos um aumento real de 2022 para 2023 de 16%, ou seja, tivemos um grande aumento de 2022 para 2023. Em 2024, mantivemos esse valor real, tivemos um crescimento nominal de 4,75%, uma pequena queda real de menos 0,07%. Ou seja, o Paraná mudou de patamar de 2022 para 2023, isso que ocasionou uma pequena, mas uma discreta queda, que inclusive coloquei na tela, no exercício de 2024. Ok?

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Sabemos, Deputado, do grande problema, inclusive de forças não corretas no mundo da economia, e da necessidade portanto da ação do Estado na própria articulação do plano do Ministro Lewandowski, digamos assim, da ideia que tenhamos muito mais investimento em segurança pública, mas eu afirmo assim: nunca vi aplicar tanto dinheiro em segurança quanto em 23 e 24. Essa é uma resposta objetiva, não é? Se não teve crescimento real em 24, o grande salto havido em 23, inclusive destinando dinheiro da própria venda da Copel para comprar blindados para nossa força de segurança, Sr. Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência terá a réplica por três minutos, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Colocar claro que temos que ter uma análise de números, mas não tem como não fazer análise política, e é função nossa aqui. Quando você coloca que há um aumento do 22 para 23 e ele não se repete em 24, e só faz a sua fôrma real e não percentual como oscila nos outros, há aqui uma classificação de prioridade política. É o entendimento meu. Respeito a resposta de vocês, mas não concordo. Acho que o Governo deveria ter dado continuidade ao processo de expansão na segurança pública, até porque os problemas na segurança pública aumentam mais do que o percentual de receita. Segundo, Secretário e Luiz, a despesa aumentou 9,7. Portanto, parece que se

gastou mais, se investiu mais em serviço, em servidores, digamos assim, mas o fato é que quando comparamos com a receita líquida ela cai. Despesas com pessoal passou de 43,23 para 42,71, bem abaixo do limite prudencial que é 44,10, o alerta 44,10 e o prudencial 46,5, sendo que a máxima da Lei é 49. Ou seja, temos duas formas de dizer sobre a despesa. Vocês colocam que ela foi aumentada e eu coloco que ela foi diminuída, porque para mim é o resultado da execução da corrente líquida que está valendo aqui, uma vez que o orçamento é desconfigurado com a execução, que foi uma das primeiras críticas que coloquei aqui a V.Ex.^a. Volto a afirmar, mesmo depois da resposta do senhor, que a inflação no Brasil, o crescimento dela, previsto para o ano inclusive de 2026, estou com a informação aqui, é que ela se mantenha em torno de 4,4. No Governo Lula de 23 foi 4,6; de 24 foi 4,8. A previsão para 25 é 5,6; e a previsão para 26 é 4,4. Então, estamos em um ambiente muito estável. E sabe o que me preocupa, Secretário? É que se fala que a economia não vai bem sem termos essa comprovação, dão espaço para especulação, dão espaço para que o dólar seja aumentado da forma que foi sem ter conexão com a realidade. Então, criticar ou emitir opinião e às vezes, que é um direito de V.Ex.^a, de colocar que a inflação tem de ser aumentada, é preocupante, porque ela não corresponde com a realidade. Desculpe-me a franqueza, mas é a concepção que tenho e gostaria de deixar isso para V.EX.^a.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Longe de mim querer aumentar a inflação! Pelo contrário. O próprio Banco Central divulgou hoje o *Boletim Focus* dando 5,5, 5,6, com previsão de inflação para 2025, o que é muito ruim, muito ruim para tudo. Então, assim, não estou inventando número aqui. Nós temos de fato sinais de mercado de que... E aí, sim, houve um debate mais politizado no conjunto de forças – o embate Banco Central, o Executivo Federal, a troca de comando. Temos de fato preocupações, e é o que eu trago aqui, com a necessidade de elevação maior de taxa de juros. O que é ruim, o que inibi, o que aumenta mais a dívida pública, por força de uma pressão até de consumo das famílias e do Governo, que estão em alta, fruto de uma atividade econômica, fruto de pressão no mercado de trabalho. Por isso trago aqui preocupações,

preocupações, e não disputa de número. Ok, Deputado? Com todo respeito, mas assim temos que tomar cuidado senão resvalamos para uma questão que vai ter que... custa mais, a dívida pública cresce e aí você tem que entrar em um círculo vicioso.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Deputado, só em relação aos gastos com segurança, é importante registrar também que faremos a contratação, já anunciada pelo Governo, de 2 mil e 600 militares, sendo 2 mil para Polícia Militar e 600 para o Corpo de Bombeiros. Então, em 25, o Estado do Paraná está se planejando para aumentar de fato os gastos com segurança pública. Ok?

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: E até, provavelmente com o seu apoio, foi votada aqui a revisão de tabela salarial em 2023 dos praças, em 2024 dos oficiais, reposicionando inclusive remuneração, chegando ao final de carreira equivalente a delegado de polícia. São pressões assim que agora vem a parte quantitativa. Nós estamos repondo. Eu tenho 47 anos, mais que a sua idade, de servidor público, mas assim temos uma preocupação lá – Luiz e eu e time. Ok, Deputados? Embora seja absolutamente necessário, interessante e importante, temos uma preocupação com o nível de crescimento da despesa com segurança pública. E, como diz o Luiz, mudamos de patamar de fato em 23 e praticamente manteve em números relativos sim, não absolutos, o senhor tem razão, mas em números absolutos nós crescemos. Em números relativos, se a nossa receita líquida eu não gastei na mesma proporção do crescimento dela é uma questão de relativizar os números, mas que não falta dinheiro para segurança pública posso assegurar ao senhor.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Só mais um comentário para concluir sobre a despesa com pessoal. Primeiro, quero elogiar a equipe técnica da Fazenda aqui, maravilhosa, que realmente tanto... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Trinta segundos para concluir.

SR. LUIZ PAULO BUDAL: Para concluir, Deputado, quando você pega a despesa absoluta de pessoal do Estado do Paraná, 23 para 24 dá 3,7 bilhões a mais. Esse valor em relação a todos os Estados é o quarto lugar, ou seja, é o quarto que mais cresceu, que mais aumentou a despesa com pessoal. Então, realmente, de fato, por mais que o percentual caiu um pouco, o Estado tem aumentado, sim, a sua despesa absoluta com pessoal.

DEPUTADO GOURA (PDT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Pela ordem, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Não sei se cabe espaço ainda, tempo para uma manifestação?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Está encerrado, Deputado Goura, mas lhe concedo 30 segundos.

DEPUTADO GOURA (PDT): Agradeço. Secretário Ortigara, rapidamente, creio que um dos slides mostrava que o maior parceiro comercial do Estado do Paraná é a China, se não me engano, passou um pouco rapidamente. Se o senhor pudesse só comentar rapidamente ou em outro momento, estamos vendo uma mudança na geopolítica com a nova Presidência nos Estados Unidos, que está criando um caos em todo o mundo, e queria se o senhor pudesse também estabelecer assim como que podemos ter uma política séria, isonômica, imparcial, que respeite os interesses do Paraná e não ideologias que vem e vão com os governos.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Vou escrever um livro, Deputado Goura. Sim, há esse movimento de forças políticas com o Presidente americano tratando aquilo que era uma espécie de grande grupo e agora fracionando, impondo tarifas, com bravatas ou sem bravatas. Isso está acontecendo de fato na geopolítica. Nós temos preocupações. Temos uma relação comercial Brasil e

Estados Unidos mais ou menos equivalente e o nosso grande mercado é o Oriente, o nosso grande cliente é o Oriente. Perdemos um pouco, o Paraná inclusive baixou 800 milhões, mas aqui a soja, que teve de menos, importou menos, menos milho no passado, provavelmente 25 no curto prazo já recupere. Eu odeio manipulação de comércio! Eu odeio – sou desse ramo há muitas décadas –, intervenção fora de medida, criar artificialismo, impor barreira de outra natureza. Acho que o nosso esforço deve ser continuar qualificando a nossa produção agroindustrial, agregando valor à soja e ao milho, sem abrir mão de ter que exportar eventualmente baixo valor agregado como fazemos este ano: 105 milhões de toneladas de grãos vão para o mundo barato; 34 milhões de toneladas de grãos de milho vai barato para o mundo sem valor agregado. Então, acho que a nossa inteligência está em cada vez mais fomentar, gerar valor agregado, colocar quase que a feição do consumidor onde quer que ele esteja – se é uma bandejinha pequeninha para um consumidor japonês de família pequena façamos isso. Então, esse é o nosso esforço. Obviamente, a Organização Mundial do Comércio está enfraquecida nesse jogo, a própria Europa se vê enfraquecida, não sabe muito como reagir. Então, é um cenário de fato que o senhor levanta assim muito difícil e que devemos estar atentos, focando nesse esforço de caixeiro viajante. Pegar a nossa grande produção, a nossa qualidade, a nossa sanidade, o nosso preço competitivo, colocar embaixo do braço, correr o mundo e expandir os nossos mercados, com o apoio do Governo Federal, com o apoio da Apex, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, para fazer essa venda crescente da nossa capacidade de produzir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo inscrito, Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Boa tarde, Secretário Ortigara. Boa tarde, Diretor-Geral Luiz e, em seu nome, saúdo toda a sua equipe. Primeiro, quero parabenizar toda a equipe pelo dia 2 de janeiro ter aberto o orçamento. Isso nunca vi na minha vida. Então, significa que é um ano que promete muito, tem muito recurso e ficamos muito feliz, porque o que foi dito nesta audiência foi falado muito

do que escutamos em Foz do Iguaçu, há duas semanas, onde não só o Governador, o vice-Governador, todos os Secretários intimaram os novos prefeitos para fazer projetos, porque existe recurso. Veja bem, a minha parte é mais da área da agropecuária. Estamos hoje no sétimo ano do Governo Ratinho Júnior. Vossa Excelência, Secretário Ortigara, começou como Secretário da Agricultura e, naquele momento, em 2019, rodamos o Paraná da importância de se avançar retirando a vacinação da vacina aftosa sobre a justificativa de que precisaríamos entrar em novos mercados que pagassem mais. Bom, isso aconteceu. Isso foi comprovado. O Paraná avançou em uma série de países que antes não tinha. Isso nos criou muita expectativa. Aquela fala do Governador, na eleição de 2028, dizendo que o Paraná seria o supermercado do mundo que, muitas vezes, as pessoas não entenderam e eu fui uma delas, ele hoje justifica agregar valor e valorizar o produtor dando um retorno financeiro maior para o seu trabalho, o seu produto. Veja bem, aqui também cabe um parabéns no sentido dos recursos que foram anunciados para todos os municípios na área da agricultura, cerca de 3,7 milhões para cada prefeito, dentro de uma livre escolha, em cima de um registro de preço, talvez isso nunca foi feito dentro do Estado do Paraná, demonstrando que pela sua mão o setor agropecuário está tendo esse reconhecimento. Aqui já participei de várias audiências públicas e sempre cobrando os Secretários da Fazenda e eles reconhecendo a dívida que o Estado do Paraná tem com a agricultura. Acredito sinceramente, como o Deputado Arilson falou, que a economia do Brasil vai continuar pujante, ela vai melhorar, até porque não consigo imaginar um Presidente que pode ser candidato à reeleição e que não endireite a economia, não melhore a economia, daí é melhor não ser candidato. Portanto, acredito piamente que isso vai acontecer. Mas, assim, dentro deste sétimo ano tantos avanços que foram feitos na agropecuária do Paraná. A safra que está sendo colhida não será melhor, mas também não será a pior. Vai injetar muito recurso na economia e, sem sombra de dúvida, a economia vai continuar crescendo. A minha pergunta: na verdade, Secretário, qual seria o roteiro ideal para que este ano pudéssemos avançar e o ano que vem também? Gostaria que V.Ex.^a pudesse dizer o que sentiria, o que seria positivo para o Paraná, para o

Brasil, que pudesse acontecer, para que isso fique anotado aqui na Assembleia Legislativa e, nas próximas audiências, possamos efetivamente cobrar, lembrar, valorizar e dizer: o senhor estava errado, o senhor estava certo. Esta é uma pergunta inicial.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Obrigado, Deputado Anibelli, liderança expressiva do nosso agro, representa como médico-veterinário, conhece o setor. Estamos colhendo uma safra que é grande, embora um pouco menor do que sonhávamos, imaginávamos quando semeamos os campos paranaenses. Um nível de perda, especialmente na área de soja, em várias regiões do Paraná, mas a safra de qualquer forma grande. Estamos, obviamente, semeando uma grande safra de milho, que esperamos colher acima de 14 milhões de toneladas, se não o tiver estrago. Temos todos os cereais de inverno para cultivar, mas não só de grãos vivemos. Nunca produzimos tanta proteína animal quanto em 2024. Nunca produzimos tanto quanto 2024, seja nos frangos, seja nos suínos, seja no peixe e o próprio leite que andou meio ruim no começo e que deu uma boa recuperada, embora os preços não sejam tão adequados. Aliás, desculpe a franqueza aqui, todo mundo fala que tem inflação de alimentos, mas você não encontra um agricultor satisfeito. Estou errado ou não? Reclamamos que está crescendo, o próprio Chiorato falou, a taxa de alimentos um pouco mais forte de inflação, concordo com isso, mas não tem um agricultor satisfeito com o nível de preço que está aí. É sinal que tem algum desequilíbrio. De qualquer forma, Deputado Anibelli, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, enfrentamento à questão de risco, vamos trabalhar com irrigação. Está aí um plano sendo implementando. Vamos trabalhar com outras formas de financiar a agricultura. Está aí o primeiro Fiagro e virão outros para financiar, até mais barato que o Plano Safra, a nossa agricultura. Está aí liberado, na última semana, R\$ 1 bilhão de crédito de ICMS, como fizemos em 2024. Em 2025 já liberamos R\$ 1 bilhão para ativos, para os 80 municípios mais pobres e para investimentos em armazenagem e geração de energia de forma sustentável e renovável. E temos lá mais um 350 milhões para liberar para bica corrida, para todos que têm crédito poder acessar de alguma forma parte do seu crédito. Investimos fortemente em infraestrutura, para tirar as ineficiências de estrada

rural, liberamos os 2 bilhões para fazer investimento. Continuamos investindo forte em sanidade, aftosa é um caso, tem o *greening*, o amarelinho da laranja, têm outras ameaças, tem a gripe aviária nos Estados Unidos, dois dólar por ovo, um dólar e pouco por ovo lá. Não, muito caro, não é? Assim, aqui também está caro para o consumidor, mas também está difícil para quem produz. Enfim, temos que continuar destinando o nosso esforço técnico de articulação e por isso esse reforço que estamos fazendo de 422 profissionais, dos quais 53 doutores para pesquisa agrícola e os demais para prestar assistência técnica aos nossos agricultores. Acho que um grande conjunto, Sr. Presidente, de atitudes que nos levam a fortalecer o nosso principal negócio, que é sermos bons produtores de alimentos e fibras para o Brasil e para o mundo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Anibelli, V.Ex.^a solicita réplica?

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): A falha na safra, às vezes, é aquele que quer plantar muito cedo, porque quer plantar o milho lá na frente, essa vez faltou água e sabemos o que aconteceu, mas faz parte dos desafios. Enfim, Secretário, acreditamos muito nesse seu trabalho, nesse seu amor pelo Estado do Paraná. Acreditamos muito que a sua influência na cabeça do Governador é muito forte e que possamos, sim, continuar valorizando a agropecuária do Estado para que ela cada vez seja mais forte. Quando você vai em um show rural, como fomos na semana retrasada, e vê tanta coisa inovadora, algo positivo, efetivamente acreditamos. Se ela tiver a mínima ajuda do poder público as coisas acontecem. Que Deus abençoe e vamos em frente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo inscrito, Deputado Fabio Oliveira.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Secretário Ortigara. Boa tarde, Diretor-Geral Luiz. Cumprimos toda equipe também, junto ali meu amigo Thiago. Secretário, de uma maneira muito objetiva, como sempre procuramos ser nas nossas conversas, mesmo as técnicas ou as

personais, cumprimentando por todo trabalho que V.Ex.^a tem feito na Secretaria da Fazenda, dando continuidade da maneira brilhante como executou seu trabalho na Secretaria da Agricultura. Quero agradecer também de palco aqui a receptividade que a Secretaria da Fazenda, assim que V.Ex.^a assumiu a Secretaria, recebendo não só a nós, mas a todo o G7, na discussão do assunto que ainda tem alguns capítulos para a frente, que se chama substituição tributária. Não foi esse motivo que me trouxe aqui para fazer um questionamento, mas sobre algo que tem chegado aos ouvidos, e sei que de alguns Deputados aqui, que é em relação aos casos de golpes que têm acontecido com idosos aqui no Estado do Paraná, considerando os diversos tributos e boletos que os mesmos têm pago e a falta de conhecimento dos meios eletrônicos para poder executar o pagamento dos mesmos. No final da semana passada, até junto mesmo com o nosso Presidente, o Deputado Alexandre Curi, comentei com ele que recebi uma denúncia de um idoso que foi fazer o pagamento do IPVA, acho que não foi o IPVA, mas me parece que sim, e ele sofreu um golpe no pagamento disso. Considerando que a ação e elogio aqui do Estado na questão da economia, na emissão dos boletos, mas também considerando que um segmento da nossa sociedade não tem condições de se defender no meio tecnológico a não ser através de pessoas que elas confiam, mas muitos desses idosos não têm a quem recorrer. E aqui quero evocar a memória do meu pai que faleceu agora em outubro e que não tinha nenhum domínio sobre a tecnologia, não conseguia nem imprimir um boleto, mas ele tinha o contador dele que era uma pessoa de confiança, que ele ia lá uma vez por semana para poder usufruir desses favores de amigos. Queria perguntar é de que forma que a Secretaria da Fazenda, diante disso que estou expondo aqui, poderia pensar em como defender os nossos idosos em relação aos golpes, a facilitar a vida deles. Temos que lembrar que até há algum tempo atrás recebíamos pelo correio o IPVA e se seria possível estendermos por um tempo, até... Temos uma nova geração, não um tempo elástico, mas pensando em um tempo – chego até a sugerir cinco anos, dez anos, estendermos para uma determinada faixa de idade o acesso novamente do papel para pagar isso aí. Muito obrigado. Senhor Presidente, já abro mão da réplica.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Obrigado, Deputado Fabio. Acabamos de fazer isso com a nota fiscal eletrônica de produtor rural. Jogamos para frente porque o senhor sabe, conhece bem o tema, não tem condições objetivas em muitos locais do Paraná de fazer de forma eletrônica/ digital. Provavelmente seja meio inexorável que vamos evoluindo cada vez para processos digitais. Não tenho uma resposta muito clara, objetiva para lhe dar, mas posso depois aprofundar um estudo com a equipe, mas é oneroso imprimir boleto nos tempos presentes, é oneroso você gerar, fazer chegar à casa das pessoas. Longe de mim não ter o cuidado que o senhor levanta aqui, importante, quanto a uma parcela da nossa população que tem essas dificuldades colocadas pelo senhor e que será objeto de estudo. Faremos chegar a V.Ex.^a, pela Presidência ou diretamente, algum trabalho mais elaborado conceitual sobre isso, se temos condições. Nós também temos precariedade de sistema, também temos lá na Fazenda, não é fácil não! Não é fácil. O Sistema IPVA, ITCMD e ICMS não é uma Ferrari, mas estamos trabalhando nisso para poder equiparar ao SIAFIC, que é uma coisa boa que foi implementada no Estado, que é o sistema de gestão do Estado. E faço chegar, Deputado Fabio, a V.Ex.^a um trabalho um pouco mais elaborado, tendo em vista a legítima defesa que o senhor fez aqui de pessoas que de fato não têm nenhuma aptidão por usar meios digitais. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo inscrito, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Boa tarde a todos. Boa tarde a todas. Sejam todos bem-vindos e bem-vindas a esta Audiência Pública. Quero cumprimentar quem está presente e quem está em casa também acompanhando. Quero cumprimentar o Secretário Norberto Ortigara, Secretário da Fazenda, o Luiz, Diretor-Geral, e ao cumprimentá-los estender a todos que compõem a equipe que trabalha com o Orçamento do nosso Estado. Sei que não é só a Sefa, tem também o Planejamento, tem dentro da Sefa o pessoal da Receita. Quero cumprimentar todos e aqui quero fazer um cumprimento muito especial ao Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, que nos honra com sua presença aqui na Assembleia

na data de hoje, e estender a todos e a todas que o acompanham aqui nesta data. Também está presente o Renato Adur, que foi deputado aqui e está na Casa Civil, hoje aqui representando, também, o Executivo aqui na Audiência Pública. Secretário, criticamos quando a Sefa subestimou a receita e estávamos certos, porque a Secretaria da Fazenda, no Orçamento para 2024, estimou uma queda de 5% sobre o realizado de 2023. Na verdade, dizíamos que ia crescer em torno de 10 a 12%, teve um crescimento de 10,5%. Isso significou 9,5 bilhões de excesso de arrecadação. Então arrecadou-se mais do que se previu naquele momento. Também estamos prevendo que vai arrecadar mais do que foi estimado para 2025, entre 8 e 10%, o que pode gerar, no mínimo, 7 bilhões para 2025 de excesso de arrecadação de receita. E aí olhamos também, Secretário, que tem disponibilidade de caixa. Veja, recursos não vinculados, aumentou de 10,6 para 12 bilhões e os vinculados chegam a 10,5 bilhões. Isso gera as condições para atender, claro, a população como um todo, mas também os servidores e servidoras do Estado que não foram contemplados com reestruturação na carreira. E aqui quero falar dos professores da educação básica, que estão recebendo 72,3% menos do que, por exemplo, as outras categorias do Poder Executivo. Vou tomar só como exemplo o QPPE. Hoje, um professor com 40 horas semanais, são dois padrões, dois cargos, recebe R\$ 4.420,00, por 40 horas, início de carreira, os demais servidores recebem, no mínimo, R\$ 7.616,00. Isso dá uma diferença de R\$ 3.186,00. Essa equiparação foi conquistada durante o Governo Beto Richa, no primeiro mandato do Governador Beto Richa. Uma discussão, foi parcelado em três anos, V.Ex.^a acompanhou e agora, em 2023, de 2023 para cá, houve esse descompasso, porque não se concedeu reposição salarial linear para todos os servidores, aí a educação básica ficou de fora, fez-se mudança na carreira dos demais servidores e deixando a educação de fora. E o Luiz falou muito bem: que a educação do Paraná é considerada a melhor educação pública do Brasil. Mas está com o menor salário! Isso não pode continuar assim. E observamos que as condições estão dadas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... condições financeira, orçamentária, disponibilidade de caixa e fiscal para atender a demanda dos nossos professores de educação básica, que são 60% dos servidores do Estado. Quero incluir aqui também os funcionários de escolas, que queremos equiparação salarial com os funcionários de escola e os demais servidores, porque professores e funcionários de escola e educação básica estão recebendo menos. Isto é injusto e precisamos corrigir. Peço sua ajuda nesse sentido.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Obrigado, Deputado Lemos. Vou repetir uma frase aqui, pode ser dura: eu não tenho direito e nem teria eticamente o direito de exigir do meu time profissional que force números de arrecadação. De qualquer forma, se há um excesso, o dinheiro aparece, ele fica disponível. Nós temos temores, porque os orçamentos são, especialmente para os Poderes, executados por duodécimo. Não posso superestimar e nem subestimar receita, temos método de estimativa de receita. Se é o melhor dos mundos, não sei. Somos objeto de muita cobrança do próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e todo santo ano explicamos para eles. Sim, pode ser que o senhor tenha razão quando disse que houve um excesso de arrecadação em 2024. Houve de fato, em relação ao que estava estimado na LOA. Ok! Largamos 2025 muito parecido, *pau a pau*. Não sei se vou ter recessão daqui a oito meses, 10 meses, tem sinais. Não sei se essa capacidade de pagar tributos vai se sustentar ao longo do ano. Então, temos prudências, sempre prudências, Lemos. Digo assim: o dinheiro existe! Claro, ele acaba gerando um orçamento menor para o exercício, que é o que conta para fins, inclusive, de apuração dos repasses legais aos Poderes, mas também para os cálculos do cumprimento de mínimos constitucionais. Está certo? De qualquer forma, sim, temos método. Quanto aos professores, o senhor na última Audiência Pública fez essa observação, que respeito. O senhor foi pessoalmente comigo na minha sala, levou as suas anotações, que anotei manualmente para compararmos. Eu disse agora pouco aqui que estamos em um momento de estudar qual o comportamento técnico, político e financeiro que teremos com essa grande categoria, que são os professores do Estado do Paraná. O ajuste formal ao mínimo, pelo menos o piso,

o ajuste formal dentro de tabela, estamos discutindo em que cenário, e logo teremos uma exposição disso, por decisão do Governador, Lemos. Temos todo o interesse e respeito de olhar este ano, com muito carinho, contingentes de profissionais do Estado que não tiveram carreiras reformuladas. Temos um pedaço celetista que está sempre nos cobrando, em três frentes. E temos, obviamente, essa grande carreira que são os nossos profissionais da educação, que vamos tratar agora, daqui a uma semana, após o Carnaval, com toda a nossa capacidade de enxergar o ambiente econômico, o comportamento de receita, tamanho de despesa e que tipo de atitude vamos tomar frente a repor capacidade financeira aos nossos profissionais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Lemos, três minutos para sua réplica.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Secretário, fico animado com a vossa fala. Ficamos animados quando V.Ex.^a assumiu a Secretaria da Fazenda. Como servidor de carreira que é, sabe da importância que têm os servidores do nosso Estado, que levam a toda a população as políticas públicas. Então, como V.Ex.^a disse, já estivemos lá e queremos voltar nos próximos dias, para aprofundarmos este debate. Queremos que o Estado encontre, então, condições para equiparar novamente o salário dos professores com os demais funcionários do Estado do Paraná, porque a tarefa nossa de educar é tão complexa quanto as demais tarefas exercidas pelo servidor do Estado do Paraná. Então, fica aqui mais uma vez o nosso pedido e a nossa disposição de contribuir para que isso aconteça, mesmo que seja de modo gradativo, mas que voltemos a alcançar essa paridade, essa igualdade, porque é uma questão de justiça com professores e funcionários de escolas do Estado do Paraná.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Obrigado, Professor Lemos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo Deputado inscrito, Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Quero cumprimentar o Secretário Norberto Ortigara. Fomos colegas juntos no primeiro Governo Ratinho Júnior. Quando deixei o Governo, o Paraná estava no primeiro lugar do Brasil na geração de empregos com carteira assinada. Vejo que os números estão melhorando cada vez mais. O cenário econômico do Paraná é um cenário econômico muito positivo. Hoje, o Paraná já é a primeira economia da região Sul do Brasil, na frente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No entanto, tenho uma preocupação nacional, Secretário Ortigara. O Paraná não é uma ilha, não é um País que está isolado, é um Estado da Federação Brasileira e, hoje, o custo de vida vem subindo muito no Brasil. Na semana passada, me dei ao trabalho de fazer uma rápida pesquisa no supermercado e com R\$ 200,00 a dona de casa comprava determinados produtos há um ano. Esses mesmos produtos custaram – bem verdade, que produtos de marcas respeitadas –, na semana passada, R\$ 360,00. Então é inegável que há um aumento da inflação. Está mais difícil para as pessoas poderem comer, poderem se alimentar bem. Basta ir ao supermercado e qualquer pessoa, seja ela da Esquerda, da Direita, seja ela apoiadora do atual Governo Federal ou contrária ao atual Governo Federal, vai perceber que tudo está mais caro. Pergunto se existe alguma ideia, algum estudo da Secretaria da Fazenda diante dessa situação grave nacional que se apresenta, para reduzir de forma negociada, inclusive com os fornecedores, o ICMS incidente sobre os produtos da cesta básica, claro que desde que com a redução lá na ponta, para o consumidor. Existe algum projeto, algum estudo sobre isso? Como é que o Governo está pensando em ajudar as pessoas de classe média, classe média baixa e as pessoas mais pobres, a se protegerem do alto custo de vida gerado pelo atual Governo Federal?

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Deputado Ney. Tive um debate com o Chiorato, agora pouco, da discordância quanto a este momento. Na medida em que o próprio Ministro da Fazenda vem a público, e ele tem opinião, e diz que a inflação de 4,8 ou 4,5 é meio que normal, o que faz o empresário? Não pensa no 3%, na meta, precifica e se protege. Então, esse fenômeno estamos vivendo um pouco no Brasil este ano e de fato, a sua leitura é correta, temos um conjunto de preços, especialmente de alimentos, crescendo acima da média. Com

todo o respeito, não ponho a culpa em agricultor porque ele não está satisfeito com nada disso. Temos um conjunto grande de produtos que têm um tratamento específico: cesta básica, alíquota mínima, o isento sem imposto. Chegamos até discutir no âmbito do Governo a própria melhora daquilo que o senhor implementou, como Secretário, a questão do cartão, para apoiarmos um pouco mais as famílias mais vulneráveis. Talvez, não complementando quem está no Bolsa Família, que tem um certo valor hoje, mas pegando uma parcela da população que não tem nenhum apoio, mas confesso para o senhor que não pensamos. O que estamos fazendo é assim: se possível, como cochichado aqui pela Presidente em exercício Márcia, sair mais da ST, se possível ajustar. Renovamos todos os benefícios fiscais, para criar condição mais estável dos empresários decidirem a sua vida até o final de 28, mas não temos, Deputado Ney Leprevost, nenhuma alternativa de curtíssimo prazo assim: *“Posso mexer”*. A não ser que venhamos de alguma forma mexer na alíquota modal, o que é muito arriscado para nós, porque em 1.º de janeiro de 2026 começa a vigorar no Brasil 0,1 do IBS e a nossa média, aquilo que vou receber como arrecadação do IBS, depende dessa média de 2019 até 2026. Então, não podemos bobear com a arrecadação sob pena de nos próximos 50 anos, Deputado, continuarmos mandando dinheiro para outras regiões, muito além do que o atual Pacto Federativo garante, muito além. Cada real que deixo de arrecadar hoje são R\$ 7,00 a menos que terei lá na frente, nos próximos 50 anos. Vamos, com a sua aquiescência, conversar com o nosso time, está aqui o time que pensa essas coisas. A primeira à sua direita é a nossa chefe da Receita. Vê se temos alguma alternativa, Dr.^a Suzane, de aliviar certas cargas tributárias, desde que chegue, desde que chegue. Sou meio contra esse tipo de pacto que você faz o pacto e não chega o preço. Tributo é assim: é o chamado efeito percussão, quando se aumenta o imposto no dia seguinte está na prateleira, quando se reduz o imposto a cadeia leva um século para baixar o preço lá na prateleira objetivamente. Obrigado pela contribuição, vamos trabalhar nessa direção. E se tivermos alguma alternativa, certamente, a sensibilidade política do Governo fará uso dessa ferramenta.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Obrigado pela resposta, Secretário Norberto. Eu peço encarecidamente que o senhor e essa equipe competentíssima que o senhor tem, inclusive na Receita, façam esse estudo, porque não quero ser pessimista, torço pelo Brasil, mas pelo que tenho visto temos motivos para nos preocuparmos. O Governo criticou muito, na época do Campos Neto, as altas taxas de juros; não vejo juros baixando com o novo Presidente do Banco Central. Vejo a alta do custo de vida cada vez maior. Não vejo o Governo Federal cortando gastos, não vejo diminuição de tributos federais, da burocracia estatal. A situação hoje é muito preocupante. Nós vemos funcionários públicos que estão afogados em uma *bola de neve* dos empréstimos que fazem, esses empréstimos consignados; trabalhadores que estão endividados; o juro alto do cartão de crédito, do cheque especial. O empresário brasileiro não tem confiança na estabilidade da economia do nosso País, hoje, para fazer novos investimentos. Eu me preocupo que tenhamos uma recessão e temos que criar uma rede de proteção para as famílias paranaenses caso essa recessão, que nós não desejamos, aconteça, para que elas possam se proteger da inflação. Afinal de contas, embora seja o Governo Federal o responsável por administrar a economia de todo o País, sabemos que o Estado pode dar a sua contribuição, e sabemos da visão social do Governador Ratinho Júnior, que é um homem extremamente preocupado com os mais pobres. Então, eu peço ao senhor, a sua equipe, que possam fazer esse estudo da maneira mais rápida possível. Obrigado, Secretário. Obrigado, Presidente Alexandre Curi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo inscrito, Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Secretário Ortigara, Diretor-Geral Luiz Budal, toda equipe da Fazenda, nossos cumprimentos aqui pela brilhante explanação. Conseguimos perceber muita segurança nas palavras, muita convicção do que está sendo feito. Quero parabenizar pela busca do controle das ODCs. Budal, você falou tantas vezes sobre isso, falamos dessa preocupação de que Outras Despesas Correntes têm que ter um controle, e já mostra ali um sinal

positivo. A questão da execução orçamentária, Secretário, V.Ex.^a falou com muita firmeza, e eu me lembro muito bem que tínhamos que ficar correndo atrás, há cinco, seis anos, de liberar cota orçamentária para autorizar fazer a execução acontecer, uma coisa muito trabalhosa, e na minha opinião não significava nada. Então, parabéns pela perseguição de uma execução orçamentária mais firme e mais rápida, com certeza isso muda a lógica da administração pública. O Estado está em um momento extraordinário, como aqui foi mencionado, investimentos em infraestrutura, em outras áreas também, contratação de servidores em áreas estratégicas, que há muito tempo estão sendo aguardadas, nós precisamos. Eu menciono aqui, por exemplo, a vossa área de origem, a agricultura, o nosso IDR, o quanto é importante, e temos várias áreas, portanto, que precisam, não vou aqui mencionar cada uma, que estão sendo atendidas e que precisam desse olhar do Estado, para que o Estado possa atender aos paranaenses. Não podemos esquecer nunca disso. A reestruturação de várias carreiras do Estado, que realmente foi também significativa. O Secretário também mencionou a possibilidade de reposição salarial, data-base, que está sendo estudado, e isso também é fundamental. Eu acho inclusive que faria justiça aos servidores aposentados que foi aqui mencionado, que precisam tanto dessa atenção. Nós temos então vários aspectos positivos, os anúncios todos feitos são muito positivos. Vossa Excelência mencionou algumas vezes aqui a questão da substituição tributária. O nosso gabinete está sempre recebendo algum questionamento nesse sentido e vimos na apresentação um resultado muito positivo de ICMS. Secretário, a minha pergunta é: Não caberia neste momento um olhar mais profundo, talvez encontrar um mecanismo alternativo para podermos sair, continuar tirando mais atividades econômicas da ST? Isso não seria possível? Vossa Excelência só passou por alto, mas não falou exatamente sobre isso. Então, depois de enumerar vários aspectos positivos, quero fazer essa pergunta. Por fim, só mencionar a importância do *Nota Paraná* para as nossas entidades assistenciais. Então, Secretário, qualquer mudança no *Nota Paraná* sempre considerar que muitas entidades ainda precisam desse olhar, dessa atenção em relação à *Nota Paraná*, e estamos sempre aí defendendo esse

programa que deu tão certo no nosso Estado. Obrigado e parabéns pela apresentação.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Deputado Evandro, obrigado pelo seu olhar sempre crítico aqui na Comissão de Orçamento, nos ajudando a ter o melhor orçamento, junto com o Presidente da Comissão. Entendo, respeito, concordo com teses, mas nós temos uma mudança na *Nota Paraná*, pequena, que afetou algumas entidades. *Nota Paraná* não é fonte de financiamento, acho que podem ter outros mecanismos, mas tivemos que fazer essa adaptação. É um assunto que me chega todo dia por inúmeros Deputados, ainda hoje Marcelo Rangel, ainda hoje Bazana, ainda hoje Anibelli, vários me perguntaram. Ainda hoje mandei para o Ministério Público do Estado do Paraná não conformidades de uso dos recursos do *Nota Paraná*, não um caso isolado. Então é um assunto que está sensível, estamos o tratando com respeito e vamos ver como é que nos posicionamos. Substituição Tributária – ST. A Suzana é contra. Não, brincadeira. O impacto é grande! Bebidas, medicamentos, autopeças, etc. Nós acabamos de sair: água, sorvete, sucos. A nossa Receita Estadual, a meu pedido, está rodando todo o sistema, todos os setores estão sendo avaliados, um a um, para ver que impacto temos. Eu disse agora pouco que não posso bobear com média, com arrecadação, 25 e 26 são cruciais para a nossa vida futura, para os próximos 50 anos. Rio Grande do Sul deu uma desembarcada em outubro de autopeças e caiu a arrecadação forte. Estamos lá, Deputado Evandro, com todo respeito, rodando todo o sistema, rodando, rodando, para ver se podemos desembarcar parcialmente, escalonadamente, algumas NCMs de vez em quando ao longo do tempo. Então, o sistema está sendo rodado e vamos ter uma posição daqui uns dias. Está bem?

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Secretário, agradeço. É importante esse olhar no sentido de acompanhar e fazer esse esforço. Isso para nós já é um bom sinal com certeza. Uma última questão, que havia a intenção de termos cada vez mais claro por parte da própria Fazenda, e eu sei que é intenção de V.Ex.^a também, os impactos socioeconômicos, econômicos dos benefícios fiscais. Nós

sabemos que tem prazo para acabar com a reforma tributária. No entanto, renovamos todos os benefícios. Quer dizer, está sendo pensado isso? Vai ter um período de desmame desses benefícios? Como é que está sendo planejado isso? E a questão dos benefícios para a sociedade que, na minha opinião, existem, mas precisam ficar claros para a sociedade, que quer entender cada vez mais esse assunto. Agradeço e sem mais comentários.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Rapidamente, não quisemos causar nenhum estresse à nossa economia, dando previsibilidade a quem investe e, de repente, criando empecilhos à capacidade competitiva das nossas empresas. Então, diferentemente do que foi em São Paulo, parcialmente outros Estados, decidimos prorrogar aqueles benefícios dados ao longo da história para vigência plena até 31 de dezembro de 2028. A partir daí muda o quadro, pela introdução, pelo fim da guerra fiscal, em 2029, certamente haverá um desembarque, de acordo com os termos da Lei Complementar Federal, mas o nosso time é preocupado, sim! Daqui alguns dias, a Dr.^a Gisele publica a nossa contabilidade um pouco mais não numérica, não é? A partir de abril vamos publicar um outro tipo de contabilização das coisas, que podemos fazer avaliação dessa natureza, e de fato qual é o impacto que tenho. Vossa Excelência sabe e eu também sei que nem tudo aquilo que se dá traduz-se em um benefício. Na verdade, às vezes ele se contrapõe a uma posição mais agressiva de alguém que quer entrar no nosso mercado aqui competindo, tirando a oportunidade de trabalho da nossa população. A preocupação que V.Ex.^a levanta é boa e vamos, a partir do mês de abril, passar a publicar coisas dessa natureza, sim, que impacto de fato tenho ao conceder redução da base de cálculo, diferimento não sei do que que lá, ou não sei o que lá! Então, temos essa preocupação. Sabendo que nos últimos anos fomos capazes de motivar ou atrair bilhões e bilhões em investimento, o que acabou dando esta musculatura um pouco maior à nossa economia. E sabendo que esta guerra fiscal acaba, aproveitamos este bônus ainda para continuar competindo com outros Estados, como foi agora na última semana, o anúncio da grande fábrica chinesa Renault, que vai aqui fortalecer ainda mais, por exemplo, a nossa capacidade de produzir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Último orador inscrito, Deputado Wilmar Reichembach.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Secretário Norberto, que ficou longo tempo na agricultura, fazendo um trabalho com muita determinação, muita objetividade e muito conhecimento, agora à frente da Secretaria da Fazenda. Quero parabenizá-lo pelo excelente debate que se estabeleceu aqui nesta tarde, cumprimentar também a sua equipe e os representantes do meio ambiente que estão aqui, o Scroccaro e o Amílcar, do IAT, e também o diretor da Secretaria de Meio Ambiente. Secretário Norberto, quero fazer referência a um recurso que acredito que não foi citado aqui e tem uma certa expressão. Pelo que se tem noticiado, foi disponibilizado pelo Estado o recurso da multa da Petrobras, uma multa ambiental que vem aos cofres do Estado, mais de meio bilhão de reais, por isso citei que tem uma certa expressão esse recurso, e como se trata de uma multa ambiental certamente vai ser aplicado na área ambiental. E isso é uma coisa que me preocupa muito, as questões ambientais. Temos tido eventos climáticos extremos, enchentes, calor extremo e todos os setores ou a maioria deles se ressentem do futuro em relação a esse aspecto, mas especialmente a agricultura, que tem tanta força no Paraná. Parece-me que, pelo que tenho acompanhado no noticiário, parte desse investimento inclusive iria para os órgãos ambientais para previsões meteorológicas, o que acho muito importante para haver um maior planejamento dos agricultores. Então é nesse aspecto a minha indagação. Não precisa de réplica, mas para termos a informação sobre esse recurso, para saber se realmente ele já fica disponibilizado ao orçamento do Paraná.

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Obrigado, Deputado Reichembach. Este é um assunto que acompanhei de perto por muito tempo, porque eu integrava o CRBAL, que era o Conselho que deliberava, e houve sempre, ao longo do tempo, um embate entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e o Executivo Estadual. Sempre! Uma intervenção do TRF-4 deu uma apaziguada e agora, muito recentemente, uma mediação feita pelo Juiz Federal de Ponta Grossa, Bochenek, que conseguiu uma certa harmonia. Falei com o juiz... Nem

me compete isso, mas falei com o juiz na última quinta-feira. Scroccaro, na última sexta-feira, vocês também acho que deliberaram mais um conjunto grande de, por exemplo, ambiente, parques urbanos. Não praças, parques urbanos, fundo de vale, tratamento adequado. Então, parece-me que está caminhando, Deputado. Claro, o dinheiro do Alto Iguaçu é do Alto Iguaçu, o dinheiro de Araucária é de Araucária, o dinheiro genérico é para ações ambientais. Correto, mas me parece que, depois da mediação, por deliberação do TRF-4, do Juiz de Ponta Grossa, parece-me que está havendo um caminhar um pouco mais célere para o uso desse recurso. Na última semana, eu mesmo, Reichembach, discuti com o próprio Governador como financiar certas atividades importantes. Dá pena pegar um recurso da fonte 100, da fonte 500, bom, livre, para fazer a mesma ação que um recurso que é decorrente de uma penalização, de quem fez estrago ambiental, pagou ao Estado do Paraná e esse dinheiro está depositado e não posso aplicá-lo. Óbvio, sem sair do trilho, aplicado naquilo de fato que são ações reparadoras ou construidoras de um ambiente melhor. Na última semana houve um avanço nisso, por exemplo, dezenas de parques de urbanos dessa natureza, não praças, estão sendo encaminhados para ter esse investimento. Claro, o dinheiro é grande, o dinheiro é graúdo. Pouco a pouco vamos conseguindo, dentro do Conselho, com apoio do Ministério Público Estadual, com apoio do Ministério Público Federal, mediado pelo Juízo Federal de Ponta Grossa, usar bem esses recursos. Usar bem esses recursos! É isso o que posso falar para o senhor neste momento.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero aqui parabenizar a intervenção de cada Deputado e Deputada. É muito importante a presença aqui da Secretaria que é comandado pelo Ortigara, um funcionário de carreira, trabalhador dedicado, do bem, honesto. E, olha, depositamos no senhor e em toda a sua equipe muita expectativa! Pode ter certeza! Estamos esperando que o Paraná tenha os seus dois melhores anos, sob todos os aspectos. E vai ter! Então, muito obrigado. E fiquem com Deus!

SECRETÁRIO NORBERTO ORTIGARA: Muito obrigado, Líder. Obrigado, Presidente. Obrigado, Líder, pela gentileza das suas palavras. Temos,

obviamente, provavelmente o mesmo entendimento que o senhor tem aqui da boa condução das coisas públicas do Estado Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Esta Presidência agradece a presença do Secretário Estadual da Fazenda, Norberto Ortigara, de todos os servidores e colaboradores desta importante Secretaria. Quero aqui agradecer a presença do Prefeito de Marechal Cândido Rondon, Sr. Adriano Backes, da Primeira-Dama, Andrea Backes, da Secretária de Cultura, Sr.^a Elenice Sauer, e do Prefeito de Terra Roxa, Sr. Ivan Reis, por proposição do Deputado Hussein. Agradecer a presença do Procurador de Justiça, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior. Obrigado pela presença.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras **Sessões Ordinárias** para amanhã, dia 25, às 9h30, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária de terça-feira** – Redação Final do Projeto de Lei 790/2024, 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 253/2024, 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 789/2024 e 59/2025 e Turno Único do Projeto de Lei n.º 720/2024; e **Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira** – Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 253/2024 e 720/2024, 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 789/2024 e 59/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 453/2024 e 733/2024. Lembrando aos Sr.^s Deputados que temos uma **Sessão Extraordinária** agora, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 869/2023, 88/2024 e 142/2024; 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 761/2023 e 790/2024 e do Projeto de Resolução n.º 2/2025; 1.º Turno o Projeto de Lei n.º 253/2024; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 631/2023 e 557/2024.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, faço o registro, na Sessão anterior, desde a chegada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h36, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)